



## Anuário Antropológico

v.48 n.3 | 2023  
2023/v.48 n.3

---

Nicolau, Jairo. 2020. *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar. 141 p.

Sergio Schargel

---



### Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/11464>

DOI: 10.4000/aa.11464

ISSN: 2357-738X

### Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

### Referência eletrônica

Sergio Schargel, «Nicolau, Jairo. 2020. *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar. 141 p.», *Anuário Antropológico* [Online], v.48 n.3 | 2023. URL: <http://journals.openedition.org/aa/11464> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11464>

---



*Anuário Antropológico* is licensed under a Creative Commons. Atribuição-SemDerivações-SemDerivados  
CC BY-NC-ND

## **Nicolau, Jairo. 2020. O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar. 141 p.**

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11464>

### **Sergio Schargel**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Ciência Política, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

ORCID: 0000-0001-5392-693X

[sergioschargel\\_maia@hotmail.com](mailto:sergioschargel_maia@hotmail.com)

Professor Substituto em Literaturas de Língua Inglesa na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Doutorando Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Venceu o Prêmio Abralic de melhor dissertação do biênio 2020-2021, que se transformou no livro *O fascismo infinito, no real e na ficção*. Sua pesquisa e produção artística são focadas na relação entre literatura e política, tangenciando temas como teoria política, literatura política, fascismo, extrema direita, judaísmo, antissemitismo e a obra de Sylvania Serafim.

Sergio Schargel

Mesmo após o fim do mandato, muito ainda há para se entender como Jair Bolsonaro, um político do baixo clero e sem qualquer experiência em Executivos, foi eleito ao maior cargo de outrora uma das democracias mais estáveis da América Latina. Engana-se quem pensa que o Bolsonaro e o Bolsonarismo são uniformes, uníssonos, um movimento de explicação única. É um fenômeno complexo de diversas frentes em uma união, sobretudo inorgânica e em tensão sobre as quais pesquisadores se dobrarão por muitos anos.

Jairo Nicolau, professor titular da Escola de Ciências Sociais (FGV/CPDOC), lançou, em 2020, *O Brasil dobrou à direita*, livro que reúne análises quantitativas para tentar compreender ao menos alguns fragmentos desse fenômeno. Dividido em nove capítulos, cada um explora, por meio de gráficos, regressões logísticas, macro e microdados, modelos estatísticos em geral, um aspecto da campanha de 2018 como escolaridade, gênero, idade ou religião, além de reflexões sobre outros elementos-chave, como o impacto do antipetismo e o uso das redes sociais. Ainda que em apenas um livro não seja possível compreender as multifacetadas e heterogeneidade de um movimento que concentrou votação tão maciça, Nicolau fornece um panorama em profundidade de elementos-chave e conclusões que só poderiam ser obtidas por esse método. Como sintetiza a anedota que abre o livro, o Brasil mudou muito. E muito rápido. Um movimento, que transcende e mesmo antecede Bolsonaro, criou-se em torno dessa figura, e ainda persistirá mesmo depois que o Messias se afastar de seu cargo.

As análises de Nicolau permitem afastar mitos que se criaram sobre o Bolsonarismo e sobre as eleições de 2018. Nicolau (2021) constata logo no início que a extrema direita brasileira ocupou o espaço legado pela antiga centro-direita/direita. Em outras palavras, que o Bolsonarismo substituiu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como visto nas eleições de 2022, a esquerda cresceu em força no Legislativo federal, enquanto a direita tradicional, sob a figura do PSDB, praticamente foi extinta. Para Nicolau (2021), o padrão de votação de Jair Bolsonaro em 2018 é semelhante ao de Aécio Neves em 2014, o que sugere ter havido, de fato, uma migração.

O *establishment* da Ciência Política brasileira descartou a possibilidade de vitória de Bolsonaro porque este não preenchia os requisitos que eram tratados como mínimos para que um candidato competitivo pudesse vencer: I) enorme financiamento de campanha; II) tempo razoável de propaganda eleitoral; III) apoio de outros representantes políticos, principalmente estatais. Candidatos do passado tiveram alguma força, mas falharam em furar a bolha da polarização PT-PSDB por não preencherem um desses requisitos, em geral o último. Diferentemente de 2022, em 2018 Bolsonaro não apenas não tinha nenhum desses elementos, como era o mais avesso possível a eles. Ademais, o próprio sistema majoritário de dois turnos previa que dificilmente um candidato extremista seria eleito. Sem apoio, sem dinheiro, sem propaganda eleitoral e com a lógica do sistema eleitoral e político contra si, sua eleição parecia improvável para os cientistas políticos tão presos à lógica eleitoral. Esqueceram, apenas, que política não é ciência exata, e a lógica nem sempre se confirma. Na política como no futebol, ecoa o jargão clássico e já

201

Sergio Schargel

clichê da caixinha de surpresas.

O cenário mostrava-se tão propício à permanência da polarização tradicional do Brasil que mesmo os partidos fisiológicos não viam em Bolsonaro possibilidades de vitória. Um ano antes, Bolsonaro recebera apenas três votos, incluindo o dele próprio, em sua candidatura à presidência da Câmara. Enxergaram em um político tradicional como Geraldo Alckmin, que depois ficaria com apenas 5% dos votos, o nome mais racional, devido à ressaca do antipetismo. Por ser um político tradicional, de peso nacional, governador do maior estado da federação, que preenchia todos os requisitos descritos antes, Alckmin parecia a melhor escolha possível, enquanto acreditavam que a candidatura de Bolsonaro iria implodir após algum tempo (Nicolau, 2021).

Nicolau (2021) busca, então, explicações para o que pode ter acontecido. A primeira é a mais pragmática: a mudança que ocorreu no sistema eleitoral com a pequena reforma política de pouco antes. Por exemplo, um candidato agora poderia esperar menos tempo para se filiar a um partido e se lançar por ele (de um ano para seis meses), o que permitiu que Bolsonaro entrasse em uma legenda de aluguel como o Partido Social Liberal (PSL) em cima da hora, após avaliar diversas opções. O mesmo aconteceu em 2022, quando Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal (PL) menos de um ano antes do pleito, depois de dois anos sem partido. Também encurtaram o período de campanha e de propaganda, o que dificultou que a campanha de Alckmin, por exemplo, utilizasse toda a força de seu dinheiro e tempo de televisão (mesmo assim, concentrava mais de cinco minutos por bloco, contra apenas oito segundos de Bolsonaro). Por fim, os candidatos não puderam mais ser financiados por empresas. Como consequência, passaram a depender do fundo eleitoral (que segue uma série de critérios, como o desempenho partidário nas eleições anteriores) e de doações de pessoas físicas, além dos recursos pessoais. Mesmo com essas mudanças, diz Nicolau (2021), a candidatura de Bolsonaro foi subestimada, e acreditava-se que políticos tradicionais do *establishment* seriam privilegiados no tempo enxuto de campanha, além de terem acesso a mais recursos financeiros. Não apenas a campanha de Alckmin falhou, Henrique Meirelles gastou 57 milhões de reais em recursos próprios e não conseguiu passar dos 1,2% de votos válidos, enquanto Bolsonaro gastou somente 4,4 milhões em ambos os turnos (Bächtold, 2018). Desde o início das eleições diretas, todo presidente eleito foi o que mais gastou enquanto candidato, algo que não se repetiu em 2018, pela primeira vez (Nicolau, 2021).

Contudo, um evento fez que mesmo com menos tempo de televisão, Bolsonaro a ocupasse: a facada que levou durante a campanha, em Juiz de Fora. Pelo ineditismo do acontecimento — ataques a candidatos ao Executivo federal são raros no Brasil —, o atentado recebeu ampla repercussão midiática, colocando o candidato em evidência. Como lembra Nicolau (2021), não temos como especular o quanto esse evento catapultou a candidatura de Bolsonaro, e se ele teria conseguido a vitória sem ele — alguns institutos de pesquisa apontaram um aumento no crescimento do candidato, mas ele já estava em crescente. Também não podemos esquecer que Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) teve a sua candidatura impugnada

Sergio Schargel

pelo Tribunal Superior Eleitoral, enquanto era o primeiro colocado nas pesquisas, o que forçou a sua substituição por seu vice, Fernando Haddad, a menos de um mês das eleições. Em suma, o nome do ex-presidente, conhecido em todo o país, foi substituído no calor do momento por um candidato majoritariamente desconhecido fora do eixo Rio-São Paulo, cujo maior cargo fora apenas de prefeito de São Paulo. Enquanto Bolsonaro buscava se aproximar do eleitorado com sua linguagem chula e falta de decoro, Fernando Haddad tentava se descolar, sem sucesso, de sua imagem universitária. Bolsonaro teve anos de campanha, Haddad pouco mais de quinze dias. Ainda assim, conseguiu ir de 5% para 20%.

Nicolau também traz dados sobre fenômenos surpreendentes. Um deles é a tendência global contemporânea de que eleitores de nível educacional mais baixo votem em candidatos de direita, ao menos em teoria contradizendo o que se esperaria deles. Como mostra, até a década de 1970, havia uma tendência de que eleitores de menor escolaridade aderissem à “clivagem de classes” e apoiassem a esquerda. No contemporâneo, eleitores de maior escolaridade votaram mais, por exemplo, em Hillary Clinton em 2016 e no Partido Trabalhista no Reino Unido em 2019, enquanto os de menor escolaridade votaram em Donald Trump e no Partido Conservador. Uma suposta aporia que se repete, por exemplo, no apoio de minorias a candidatos que supostamente vão contra os seus interesses, como os 30% da comunidade LGBTQ+ brasileira a Bolsonaro. Em 2018, conforme dados de Nicolau (2021), Bolsonaro manteve-se próximo, em relação a eleições anteriores do PSDB, no que diz respeito à quantidade de votos daqueles eleitores que têm ensino superior, mas teve crescimento massivo entre aqueles de baixa escolaridade. Uma hipótese *a priori* pode ser pensada sobre a forma como Bolsonaro capitalizou o discurso de segurança pública, oferecendo soluções radicais distintas de qualquer candidato anterior. Esse tema foi apontado como a maior preocupação do eleitorado (18%) e tende a afetar mais aqueles com menor nível de escolaridade (NICOLAU, 2021).

À guisa de conclusão, é pertinente ressaltar a contribuição da obra de Nicolau à compreensão de um movimento plural e heterogêneo como o Bolsonarismo. Nicolau não busca explicações simplistas, não incorre a generalizações: suas análises quantitativas pegam no âmago de contradições que passam despercebidas por outras análises. Ainda que somente o quantitativo não dê conta de cobrir todo esse universo — assim como apenas o qualitativo não o faria —, a junção de *O Brasil dobrou à direita* com outras obras semelhantes revelam elementos cruciais do Bolsonarismo. E, com isso, tornou-se um pouco mais fácil responder a pergunta que perturba os cientistas políticos já há quatro anos: o que, afinal, aconteceu em 2018?

Recebido em 10/06/2023.

Aprovado para publicação em 21/09/2023 pela editora Kelly Silva (<https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>).

Sergio Schargel

## Referências

Bächtold, Felipe. “Meirelles gasta R\$ 54 milhões do próprio bolso e tem campanha mais cara”. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/meirelles-gasta-r-54-milhoes-do-proprio-bolso-e-tem-campanha-mais-cara.shtml>.